

NOVEMBRO • 2022



REVISTA
Acre
PELO CLIMA

VENDA PROIBIDA

**MODELO DE POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



MAGAZINE
Acre
FOR THE CLIMATE

SALE PROHIBITED

**SUSTAINABLE
DEVELOPMENT
POLICIES MODEL**

NOVEMBER • 2022

Sumário

Modelo de políticas de desenvolvimento sustentável04
Acre comemora 12 anos da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais.....	06 e 07
Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre avança na gestão ambiental e territorial.....	10
Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas passa por reformulação.....	12 e 13
Instrumentos de gestão ambiental unem governo do Acre às organizações e sociedade civil	16
Acre é pioneiro em estratégias para a regularização ambiental	18
Novos arranjos e projetos no Programa de Regularização Ambiental	20
240 mil hectares de floresta disponíveis para concessão florestal no Acre	22
Plataforma integrada irá aumentar eficácia das ações de combate aos ilícitos ambientais	24 e 25
Centros Integrados de Meio Ambiente ofertam atendimentos aos produtores rurais do interior.....	28
Pagamento por serviços ambientais beneficiam extrativistas da borracha e do murmuru	30
Turismo sustentável gera renda e melhoria de vida nas comunidades	32 e 33
Alemanha, Reino Unido e Acre celebram 10 anos da maior iniciativa para a redução do desmatamento e da degradação florestal	36, 38, 40, 42, 44 e 46
Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável para os próximos 10 anos entrará em vigor em 2023.....	48
Acre avança em nova versão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas	50

Summary

Modelo de políticas de desenvolvimento sustentável05
Acre comemora 12 anos da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais.....	08 e 09
Ecological-Economic Zoning of Acre advances in environmental and territorial management.....	11
State System of Protected Natural Areas undergoes reformulation.....	14 e 15
Environmental management instruments unite the government of Acre with organizations and civil society.....	17
Acre is a pioneer in strategies for environmental regularization	19
New arrangements and projects in the Environmental Regularization Program	21
240 thousand hectares of forest available for forest concession in Acre	23
Integrated platform will increase the effectiveness of actions to combat environmental illicit	26 e 27
Integrated Environment Centers offer assistance to rural producers in the countryside.....	29
Payment for environmental services benefit rubber and murmuru extractivists	31
Sustainable tourism generates communities' income and improvement of life.....	34 e 35
Germany, the United Kingdom, and Acre celebrate 10 years of the biggest initiative to reduce deforestation and forest degradation.....	37, 39, 41, 43, 45 e 47
Sustainable Socio-Economic Development Plan for the next 10 years will come into force in 2023.....	49
Acre advances in a new version of the Deforestation and Fire Prevention and Control Plan.....	51

Expediente

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Renata Brasileiro

EDITORIAÂngela Rodrigues
Marília Gabriela Silva**DIAGRAMAÇÃO**

Marcio Ferreira

REVISÃO

Kelly Cris Maia Andrade Nunes

TRADUÇÃOElizabeth Kárem Batista Ribera de Souza
Charles Roberto Oliveira dos Santos
Kellen Cristina Lopes da Luz Duarte**TEXTOS**Ângela Rodrigues
Marília Gabriela Silva**FOTOGRAFIA**Cleiton Lopes
Diego Gurgel
Marcos Vicentti**COLABORAÇÃO**Neto Lucena
Odair Leal
Sérgio Ronney
Pedro Devani
Arquivo Secom
Roseneide Mendonça Sena
Guilherme Abdala
Quelyson Souza de Lima
André Schatz Pellicciotti
Jomara Katrine Vitoriano de Souza
Marília Lima Guerreiro**JOURNALISM DIRECTORATE**

Renata Brasileiro

EDITORSÂngela Rodrigues
Marília Gabriela Silva**DIAGRAM**

Marcio Ferreira

REVISION

Kelly Cris Maia Andrade Nunes

TRANSLATIONElizabeth Kárem Batista Ribera de Souza
Charles Roberto Oliveira dos Santos
Kellen Cristina Lopes da Luz Duarte**TEXTS**Ângela Rodrigues
Marília Gabriela Silva**PHOTOGRAPHY**Cleiton Lopes
Diego Gurgel
Marcos Vicentti**COLLABORATION**Neto Lucena
Odair Leal
Sérgio Ronney
Pedro Devani
SECOM file
Roseneide Mendonça Sena
Guilherme Abdala
Quelyson Souza de Lima
André Schatz Pellicciotti
Jomara Katrine Vitoriano de Souza
Marília Lima Guerreiro

Office hour

Modelo de políticas de desenvolvimento sustentável

O Estado do Acre tem experimentado uma importante mudança em seu desenvolvimento econômico por meio da junção de experiências pioneiras em desenvolvimento sustentável, em conformidade com as diretrizes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Um exemplo dessas experiências é a celebração dos 10 anos da cooperação financeira firmada com os governos da Alemanha e Reino Unido, que trouxe para o Acre o projeto piloto Global REDD Early Movers (REM).

O governo do Acre foi o primeiro a receber os recursos do Programa REM por ter instituído o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa), que reúne uma série de estratégias que buscam promover o desenvolvimento sustentável e gerar benefícios a milhares de famílias e povos indígenas, porque cuidar de quem conserva o meio ambiente é nossa maior prioridade.

A celebração dos 10 anos do Programa REM Acre é possível graças ao pioneirismo do governo alemão e britânico somado ao empenho dos diversos setores do governo do Estado do Acre e o engajamento dos povos indígenas, produtores rurais, extrativistas e ribeirinhos. Sem eles, essa celebração não seria possível.

Acreditamos que a principal resposta para a crise ambiental está em desenvolver uma economia que leve a melhoria de qualidade de vida àqueles que moram no meio da floresta, através de práticas produtivas de baixas emissões.

Ainda assim, temos como maior desafio reduzir as taxas de desmatamento para os padrões aceitáveis. Precisamos dar continuidade aos acordos de cooperação internacional já firmados e unir esforços para impulsionar a produtividade e potencializar o valor agregado

das atividades agrícolas e florestais, sem o avanço da degradação em novas áreas de florestas.

Estamos empenhados na elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Acre para os próximos 10 anos, que orientará as ações a serem desenvolvidas pelas secretarias e autarquias do Estado acerca dos instrumentos de desenvolvimento, que está alinhado com o Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (Sisa), Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ).

Nosso objetivo é traçarmos estratégias mais rigorosas para proteção de nossas florestas com investimento em plataformas geoespaciais para maior eficiência das ações integradas de comando e controle.

Estamos situados no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, possuindo uma superfície

territorial de 164.221km².

Desse forma, temos 84% do nosso território de cobertura florestal primária, dos quais aproximadamente 6 milhões de hectares apresentam aptidão para a produção sustentada e contínua. As áreas das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas correspondem aproximadamente 51% do território do Acre.

Temos à frente a grande oportunidade de aproveitar essa transformação de modelo de desenvolvimento, promovendo a expansão do agronegócio, oferecendo soluções aos produtores para que possam trabalhar sem a necessidade de desmatar novas áreas e ter a opção de recuperar a terra e reflorestar sua propriedade.

Somos o segundo estado da Amazônia Legal com maior porcentagem de área de cobertura florestal, onde a atividade agropecuária pode caminhar para um modelo sustentável, consorciado com atividades florestais sem a necessidade de desmatar. Somos também pioneiros na promoção do manejo florestal sustentável, o que demonstra a capacidade de crescimento do setor.

Nos seis primeiros meses do ano de 2022, a madeira e a castanha representaram 49,6% de



Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

Sustainable development policies model

The State of Acre has experienced an important change in its economic development through the combination of pioneering experiences in sustainable development, in accordance with the guidelines of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). One example of these experiences is the celebration of 10 years of financial cooperation signed with the governments of Germany and the United Kingdom which brought the Global REDD Early Movers (REM) pilot project to Acre.

The government of Acre was the first one to receive funds from the REM Program for setting up the State System of Incentive to Environmental Services (SISA) which brings together a series of strategies that seek to promote sustainable development and generate benefits to thousands of families and indigenous peoples because taking care of those who conserve the environment is our highest priority.

The 10th anniversary of the REM Acre Program celebration is possible due to the German and British governments pioneering spirit combined with the efforts of the various sectors of the government of Acre and the engagement of indigenous peoples, rural producers, extractivist communities and riverside dwellers. Without them, this celebration would not be possible.

We believe that the main answer to the environmental crisis is to develop an economy that leads to an improvement in life quality for those who live in the middle of the forest, through low-emission productive practices.

Still, we have the biggest challenge to reduce deforestation rates to acceptable stan-

dards. We need to continue the international cooperation agreements already signed previously and join efforts to boost productivity and enhance the added value of the agricultural and forestry activities without advancing degradation in new areas of forests.

We are committed to preparing the Acre's Sustainable Socio-Economic Development Plan for the next 10 years which will guide the actions to be carried out by the State departments and agencies on development instruments which is in line with the Environmental Services Incentive System (SISA), Ecological Economic Zoning (ZEE) and the Prevention and Control of Deforestation and Fire Plan (PPCDQ).

Our objective is to outline more rigorous strategies to protect our forests by investing in geospatial platforms for greater efficiency in integrated command and control actions.

We are located in the extreme southwest of the Brazilian Amazon with a land area of 164,221km². Thus, we have 84% of primary forest cover, approximately 6 million hectares planned and approximately 8.0% for the sustained production of continuous hectares. The Conservation Units and Indigenous Lands areas correspond to approximately 51% of Acre.

We are the second state in the Legal Amazon with the largest model of forest cover where agricultural activity can move towards a sustainable one, consortium with activities without deforestation. We are also pioneers in promoting sustainable forest management which demonstrates the sector's capacity for growth.

In the first six months of 2022, wood and nuts represented 49.6% of all that was



Gladson de Lima Cameli

Governor of the State of Acre

Gladson de Lima Cameli

ACRE PELO CLIMA - COP 27

ACRE FOR THE CLIMATE - COP 27

Acre comemora 12 anos da Lei do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais

Pensada como uma estratégia de Estado para o enfrentamento das mudanças climáticas, o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) completa 12 anos desde a sanção da Lei Estadual N° 2.308 em dezembro de 2010. A iniciativa estabelece diretrizes para a redução dos índices de desmatamento e queimadas, a conservação de florestas e o manejo sustentável, unindo conservação e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, indígenas e agricultores familiares, por meio do incentivo,

da manutenção e da ampliação da oferta de produtos e serviços ambientais.

Com sete programas previstos em sua lei, o de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono (ISA Carbono) foi o primeiro a ser implementado como resposta acreana pioneira ao desafio mundial de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) resultantes do desmatamento e da degradação florestal.

Foi por meio do ISA Carbono que se deu a primeira transação financeira do Sisa, o Programa Global

REDD Early Movers (REM, em português: Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) para pioneiros), com recursos do Fundo de Energia e Clima do Governo da Alemanha. A iniciativa apoia governos que assumiram riscos e tomaram iniciativas de proteção das florestas para redução das emissões de CO₂.

O ISA Carbono é um programa criado em consonância com a política nacional brasileira e a United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).

Pioneirismo do Acre garante primeira remuneração por desmatamento evitado

Na última década, o Estado do Acre reduziu o desmatamento em aproximadamente 65%. O desempenho expressivo alcançado entre 2004 e 2015 assegurou a implementação da primeira fase do Programa REM Acre (2012/2018), com a remuneração de 25 milhões de euros equivalentes a reduções de emissões de 6.572 milhões de toneladas de CO₂ (2011 a 2015). Na Fase II do

Programa REM (2018/2023) foram aproximadamente 30 milhões de euros relativos a remuneração de 7,5 MTCO₂e, cujos desembolsos estão atrelados à redução das áreas desmatadas até o seu encerramento.

Os investimentos possibilitaram a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com estímulo às cadeias produtivas e melhoria da

qualidade de vida e renda, controle do desmatamento e das queimadas ilegais, fortalecimento do Sisa e dos espaços de governança. O cálculo das taxas anuais de desmatamento utilizou dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) gerados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para toda a Amazônia Legal.

Oportunidades de negócios

Sisa atrai investimentos no mercado voluntário de carbono de REDD+

O Sisa criou o Programa ISA Carbono, que utiliza os créditos de carbono de REDD+ jurisdicional para promover a redução progressiva, consistente e permanente das emis-

sões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento e degradação florestal, com vistas ao alcance da meta voluntária definida no âmbito do Plano Estadual de Prevenção

e Controle dos Desmatamentos do Acre, financiando, dessa forma, o estabelecimento de um novo padrão de sustentabilidade de uso da terra e de transformação dos recursos naturais.

Salvaguardas

Seguindo a recomendação das Salvaguardas de REDD+ da Conferência das Partes da UNFCCC, COP 16 em Cancún, o Estado do Acre estabeleceu salvaguardas socioambientais na estrutura do Sisa para ga-

rantir que programas e projetos de REDD+ não causem impactos indesejáveis à biodiversidade florestal e à preservação dos direitos das comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais.

O processo de construção participativa do sistema de salvaguardas do Sisa se deu sob orientação da iniciativa internacional REDD+ SES e alinhado com o Sistema de Informação das Salvaguardas SIS REDD+ nacional.

Monitoramento técnico e transparência

O monitoramento sistemático segue o processo de Mensuração, Relato e Verificação (MRV), por meio dos dados ge-

rados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), incorporando os resultados na plataforma nacional de informações sobre REDD+.

Monitoramento de salvaguardas de REDD+

A definição da abordagem de identificação e monitoramento das salvaguardas de REDD+ no Acre ocorreu paralelamente às discussões e aos processos de consulta do Sisa, a partir de 2010, e, portanto, antecede a negociação e implementação do Programa REM.

A implementação das salvaguardas no âmbito do Sisa esteve desde o início orientada aos princípios, critérios e indicadores da Iniciativa Internacional de REDD+ Social and

Environmental Standards (REDD+ SES), que propõe um processo metodológico composto de dez passos, estabelecendo princípios, critérios e indicadores para o monitoramento das salvaguardas.

O Acre está entre as primeiras jurisdições do mundo a usar as diretrizes e ferramentas da Iniciativa e a primeira a ter uma avaliação internacional da iniciativa realizada. Os princípios adotados têm como base aqueles de-

finidos no âmbito do REDD+ SES e dos Princípios Socioambientais de REDD+ na Amazônia e descrevem os objetivos fundamentais do Sisa e de seus programas. O Manual de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no Sisa foi elaborado em 2013 e inclui uma matriz com sete princípios, 22 critérios e 52 indicadores, construídos de forma participativa, conforme a realidade do Acre.



Governança

Um dos princípios do Sisa é a transparência e a participação social na formulação e execução de suas ações. Nesse sentido de participação e controle social na formulação e execução de suas ações instituiu-se a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (Ceva), do Sisa, que conta com apoio de instâncias consultivas para tratar de assuntos específicos.

As câmaras temáticas Indígena

e da Mulher e o Comitê Científico funcionam como canais democráticos que orientam e legitimam o processo de repartição de benefícios, garantindo a atuação de indígenas, mulheres, populações tradicionais e da sociedade civil, promovendo a boa governança, assegurando o cumprimento das salvaguardas socioambientais e validando os resultados no âmbito do Sisa e de seus programas.

Também foi criada a Ouvidoria,

no intuito ampliar a mediação pública e a participação social, por meio do recebimento de sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade no que diz respeito às questões relacionadas ao Sisa.

A inclusão de múltiplos atores garante uma participação social equilibrada, por meio da Ceva e das câmaras temáticas Indígenas, da Mulher e do Comitê Científico.

Acre celebrates 12 years of the Environmental Services Incentive System Law

Conceived as a State strategy to face climate change, the Incentive System for Environmental Services (ISES) completes 12 years since the enactment of State Law No. 2,308 in December 2010. The initiative establishes guidelines for the reduction of deforestation rates and fires, forest conservation and sustainable management, uniting conservation and improving the traditional populations' quality of life, indigenous people and family farmers, by encouraging, maintaining and expanding the supply of environmental products and services.

With seven programs provided for in its law, the Incentives for Environmental Services of Carbon (IES Carbon) was the first to be implemented as a pioneering Acre response to the global challenge of reducing greenhouse gas (GG) emissions resulting from deforestation and forest degradation.

It was through IES Carbon that ISES's first financial transaction took place, the Global DDER Early

Movers Program (DEM, in Portuguese: Deforestation and Forest Degradation Emission Reduction (DDER) for pioneers, with resources from the Energy and Climate of the German Government. The initiative supports governments that have taken risks and taken initiatives to protect forests to reduce CO₂ emissions.

ISA Carbon is a program created in line with Brazilian national policy and the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).

Acre's pioneering spirit guarantees first payment for avoided deforestation

In the last decade, the State of Acre has reduced deforestation by approximately 65%. The expressive performance achieved between 2004 and 2015 ensured the implementation of the first phase of the DEM Acre Program (2012/2018), with remuneration of 25 million euros, equivalent to emission reductions of 6,572 million tons of CO₂ (2011 to

2015). In Phase II of the DEM Program (2018/2023) approximately 30 million euros were related to remuneration of 7.5 MTCO₂e, whose disbursements are linked to the reduction of deforested areas until their closure.

The investments made it possible to implement public policies aimed at sustainable development, stimulating production chains and

improving quality of life and income, controlling deforestation and illegal fires, strengthening ISES and governance spaces. The annual deforestation calculation rates used data from the Satellite Monitoring Project for Deforestation in the Legal Amazon (Despro) generated by the National Institute for Space Research (INPE) for the entire Legal Amazon.

Business opportunities ISES attracts investments in the voluntary DDER + carbon market

ISES created the IES Carbon Program, which uses jurisdictional DDER + carbon credits to promote the progressive, consistent and permanent reduction of greenhouse

gas emissions from deforestation and forest degradation, with a view to achieving the voluntary target defined within the scope of the State Plan for the Prevention

and Control of Deforestation in Acre, thus financing a new sustainability standard establishment for land use and the natural resources transformation.

Salvaguardas

Following the DDER+ Safeguards recommendation of the UNFCCC Conference of the Parties, COP 16 in Cancun, the State of Acre established socio-environmental safeguards in the ISES framework to

ensure that DDER+ programs and projects do not cause undesirable impacts on forest biodiversity and the preservation of rights of local communities, indigenous peoples and traditional populations.

The participatory construction process of the ISES safeguards system took place under the guidance of the international DDER+ SES initiative and aligned with the national SIS DDER+ Safeguards Information System.

Technical monitoring and transparency

Systematic monitoring follows the Measurement, Reporting and Verification (MRV) process, using data generated by the Satellite Monitoring Project for Deforestation in the Legal Amazon (Despro) of the National Institute for

Space Research (INPE), incorporating the results into the national information system on DDER+.

Monitoring DDER + Safeguards

The approach definition for identifying and monitoring DDER + safeguards in Acre took place in parallel with the discussions and consultation processes at Sisa, starting in 2010, and therefore precedes the negotiation and implementation of the REM Program.

The safeguards' implementation within the scope of ISES was oriented from the beginning to the principles, criteria and indicators of the Interna-

tional Initiative for DDER+ Social and Environmental Standards (DDER+ SES), which proposes a methodological process composed of ten steps, establishing principles, criteria and indicators for safeguards monitoring.

Acre is among the first jurisdictions in the world to use the Initiative's guidelines and tools and the first to have an international assessment of the initiative carried out. The principles adopted are based on those

defined within the scope of DDER+ SES and the Socio-environmental Principles of DDER+ in the Amazon and describe the fundamental objectives of ISES and its programs. The DDER+ Social and Environmental Safeguards Monitoring Manual at ISES was prepared in 2013 and includes a matrix with seven principles, 22 criteria and 52 indicators, built in a participatory manner, according to the reality of Acre.



Governance

One of ISES's principles is transparency and social participation in the formulation and execution of its actions. In this sense of participation and social control in the formulation and execution of its actions, the State Commission for Validation and Monitoring (SCVM) of ISES was created, which has the support of consultative bodies to deal with specific issues.

The Indigenous and Women's

thematic chambers and the Scientific Committee work as democratic channels that guide and legitimize the benefit-sharing process, guaranteeing the performance of indigenous peoples, women, traditional populations and civil society, promoting good governance, ensuring compliance with the socio-environmental safeguards and validating the results within the scope of ISES and its programs.

The Ombudsman was also created, with the aim of expanding public mediation and social participation, by receiving suggestions, complaints, denunciations and proposals from any citizen or entity with regard to issues related to ISES.

The inclusion of multiple actors guarantees a balanced social participation, through Ceva and the Indigenous, Women's and Scientific Committee thematic chambers.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre avança na gestão ambiental e territorial

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), principal instrumento de planejamento e gestão territorial do estado do Acre, se tornou uma referência nacional e está na sua terceira fase de implementação. Caracterizado pela aplicação de um conjunto de regras que procura regular o uso e a ocupação do território, o ZEE envolve aspectos técnicos, jurídicos, políticos e institucionais para a gestão territorial. Uma das inovações do documento foi a redução da área de abrangência da zona 3 em 56% e o consequente aumento das demais áreas.

Confira os principais avanços:

ZONA 1: Sistema de Produção Agropecuária e Florestal Sustentáveis – Ocupava 24,7% do território acreano. Em função da criação de novos assentamentos e da regularização fundiária de propriedades familiares, fazendas e seringais, na

Fase III, a Zona 1 passou a ocupar 37,2% do território, com incremento de 50,8% em relação à Fase II.

ZONA 2: Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental – Ocupava em 2007, 49% do território acreano e se concentrava na zona fronteiriça e nas regionais de desenvolvimento do setor oeste. No período de 2008 a 2019 foram criadas duas unidades de conservação: a Floresta Estadual do Jurupari e a Área de Relevante Interesse Ecológico do Japiim-Pentecostes, que condicionaram um aumento na ordem de 4,6% (cerca de 360 mil hectares) na área ocupada pela zona, a qual, na Fase III, ocupa 51,1% do território acreano.

ZONA 3: Áreas prioritárias para ordenamento territorial – Teve redução de 56%, indicando a efetividade do processo de revisão. Em 2007, essa zona ocupava 26,2% do território acreano e se concentrava na

região central do estado e, em 2020, passou a ocupar apenas 11,5% do território, distribuindo-se, principalmente, nas regionais do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá.

ZONA 4: Cidades do Acre - Em 2007, ocupava 0,2% do território acreano e, em 2020, continuou com o mesmo percentual, embora, de maneira absoluta, tenha reduzido a área do perímetro urbano de Rio Branco (extinção da zona urbana do plano diretor), principal causa da redução de 6,4% na área ocupada pela zona.

4. A revisão da terceira fase foi coordenada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) e traz como produtos principais o Mapa de subsídio à gestão ambiental e territorial, acompanhado do Resumo executivo e os estudos complementares de zoneamento agrícola de risco climático e o zoneamento pedoclimático.

FOTO: ARQUIVO SECOM



Ecological-Economic Zoning of Acre advances in environmental and territorial management

The Ecological-Economic Zoning (ZEE), the main instrument for planning and territorial management in the state of Acre, has become a national reference and it is in its third phase of implementation. It's characterized by the application of a set of rules that seeks to regulate the use and occupation of the territory, the EEZ involves technical, legal, political and institutional aspects for territorial management. One of the document's innovations was the reduction of the area covered by zone 3 in 56% and the consequent increase in the other areas.

Check out the main advances:

ZONE 1: Sustainable Agricultural and Forestry Production System – It occupied 24.7% of Acre's territory. Due to the creation of new settlements and land tenure regularization of family properties, farms and rubber plantations, in Phase III, Zone

1 started to occupy 37.2% of the territory, with an increase of 50.8% in relation to Phase II.

ZONE 2: Sustainable Use of Natural Resources and Environmental Protection – In 2007, it occupied 49% of Acre's territory and it was concentrated in the border zone and in the development regions of the western sector. In the period from 2008 to 2019, two conservation units were created: The Jurupari State Forest and The Japiim-Pentecostes Area of Relevant Ecological Interest, which conditioned an increase in the order of 4.6% (about 360 thousand hectares) in the area occupied by the zone, which, in Phase III, occupies 51.1% of Acre's territory.

ZONE 3: Priority areas for territorial planning – There was a reduction of 56%, indicating the effectiveness of the review process. In 2007, this zone occupied 26.2% of the territory of Acre and it was concentrated in

the central region of the state and, in 2020, it started to occupy only 11.5% of the territory, being distributed mainly in the regions of Purus, Tarauacá- Envira and Juruá.

ZONE 4: Cities of Acre - In 2007, it occupied 0.2% of the territory of Acre and, in 2020, it continued with the same percentage, although, in an absolute way, it reduced the area of the urban perimeter of Rio Branco (extinction of the urban area of the master plan), the main cause of the 6.4% reduction in the area occupied by the zone.

4. The review of the third phase was coordinated by the Environment and Indigenous Policies State Department (Semapi) and its main products are the Subsidy Map for environmental and territorial management, accompanied by the Executive Summary and the complementary studies of agricultural zoning of climate risk and pedoclimatic zoning.

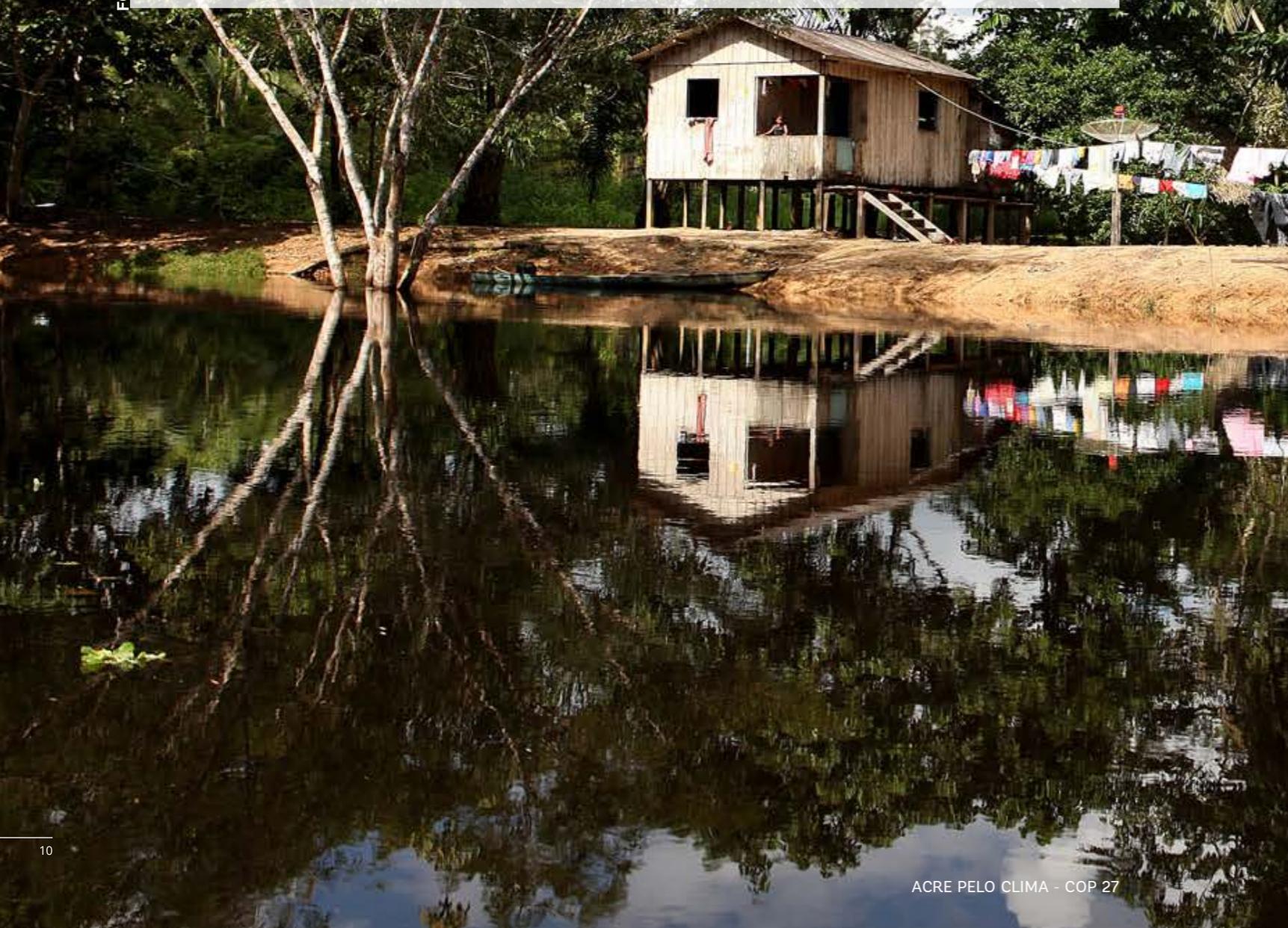


PHOTO: SECOM ARCHIVE



FOTO: PEDRO DEVANI

Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas passa por reformulação

O Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (Seanp) do Estado do Acre, estabelecido por meio da Lei nº 1.426/2001, é composto pelo conjunto de Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais. O Seanp foi concebido a partir dos estudos do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que garantem a cobertura de áreas protegidas de quase metade do território estadual, e pode ser expandido para

cerca de 70% do território, quando contabilizadas as reservas legais de propriedades particulares e os projetos agroflorestais.

O Seanp tem contribuído para a implementação e o monitoramento das políticas públicas que garantem a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Em razão das mudanças na legislação ambiental estadual, e também para tornar a gestão das unidades de conservação mais operacional, foi necessário

reformular a lei do Seanp, a fim de garantir mais clareza às competências da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) e de outras instituições.

O sistema opera de acordo com as leis brasileiras que dispõem sobre o assunto, como o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758/2006) e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto nº. 7.747/2012).

LINHA DO TEMPO DO SISTEMA ESTADUAL DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS DO ACRE

LEI COMPLEMENTAR N° 2095

Em 2008, o Seanp foi modificado para adequar as competências de gestão e execução de ações nas unidades de conservação criadas pelo Estado do Acre, além de adicionar como Áreas Naturais Protegidas as reservas legais das propriedades, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e as áreas destinadas ao manejo florestal.

2001

LEI DE FLORESTAS N° 1426

O Seanp foi instituído por meio da Lei de Florestas, sendo composto por unidades de conservação (UCs), estaduais e municipais e reconheceu também as UCs federais.

2008

LEI ESTADUAL N° 3883

A nova lei é sancionada para possibilitar uma gestão integrada dos territórios, constando os princípios, instrumentos, mecanismos de formulação, execução, monitoramento, avaliação e, ainda, respeitando as áreas legalmente instituídas pelas leis anteriores, que constituem os corredores ecológicos no território acreano.

Dados obtidos da Revista Comemorativa: 20 Anos de Criação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre



PHOTO: PÉDRO DEVANIR

State System of Protected Natural Areas undergoes reformulation

The State System of Protected Natural Areas (Seanp) of Acre, established by Law 1426/2001, is composed of the set of state and municipal Conservation Units (UCs). Seanp was conceived based on Ecological-Economic Zoning (ZEE) studies, which guarantee the coverage of protected areas in almost half of the state's territory, and it can be expanded to about 70% of the territory,

when legal reserves of properties are accounted for private individuals and agroforestry projects.

Seanp has contributed to the implementation and monitoring of public policies that guarantee the protection of biodiversity and ecosystem services. Due to changes in state environmental legislation and also to make the management of conservation units more operational. It was necessary to

reformulate the Seanp law in order to guarantee more clarity to the powers of Semapi and other institutions.

The system operates in accordance with Brazilian laws, such as the National Plan for Protected Areas – PNAP (Decree 5,758/2006) and the National Policy for Environmental and Territorial Management of Indigenous Lands – PNTI (Decree 7,747/2012).

PROTECTED NATURAL AREAS SYSTEM TIMELINE IN ACRE

COMPLEMENTARY LAW No 2095

In 2008, Pnass was modified to adapt the competences of management and execution of actions in the conservation units created by Acre State, in addition to adding as Protected Natural Areas the legal properties' reserves, the Permanent Protection Areas (PPAs) and the areas destined for forest management.

2001

FOREST LAW No 1426

The Pnass was established through the Forest Law, being composed of conservation units (CUs), state and municipal, and also recognized the federal CUs managed by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation and the Indigenous Lands supported by the National Indian Foundation (NIF).

2008

STATE LAW No 3883

The new law is enacted to enable an integrated territory management, containing the principles, instruments, formulation mechanisms, execution, monitoring, evaluation and, also, respecting the areas legally established by the previous laws, which constitute the ecological corridors in the Acre territory.

2021

Data obtained from Revista Comemorativa: 20 years of creation of the State System of Protected Natural Areas in Acre.



Instrumentos de gestão ambiental unem governo do Acre às organizações e sociedade civil

O governo valoriza as relações com as organizações e a sociedade civil e, por meio do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta (Cemaf), órgão colegiado deliberativo e normativo composto por 22 instituições, busca soluções para a área ambiental. Sob gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi), o conselho delibera sobre assuntos que causam impacto ambiental.

O Cemaf também fiscaliza a

aplicação de recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas (Femaf), órgão responsável por financiar a execução da Política Pública Florestal do Estado do Acre. O fundo atua como catalizador de recursos de fontes diversas, destinados para ações e projetos em defesa do meio ambiente, clima e floresta. Entre as doações destacam-se o Programa Global REDD para Early Movers (REM), Fundo Amazônia/BNDES e WWF/SKY.

O Cemaf abrange cinco câmaras técnicas, que auxiliam o conselho em assuntos específicos. São elas: Câmara Técnica de Indústria, Serviços e Produtos Florestais; Câmara Técnica de Gestão de Unidades de Conservação; Câmara Técnica de Manejo Comunitário e Empresarial de Recursos Florestais Madeireiros e não Madeireiros; Câmara Técnica de Meio Ambiente; e a Câmara Técnica de Recursos Hídricos.

Environmental management instruments unite the government of Acre with organizations and civil society

The government values relations with organizations and civil society and, through the State Council for the Environment and Forest (Cemaf), a deliberative and normative collegiate body composed of 22 institutions, seeks solutions in the environmental area. Under the management of Semapi, the council deliberates on matters that have an environmental impact.

Cemaf also supervises the application of resources from the

State Fund to the Environment and Forests (Femaf), the public agency responsible for financing the implementation of the public forest policy in Acre. The fund acts as a catalyst for resources from different sources, intended for actions and projects in defense of the environment, climate and forest. Among the donations, the Global REDD Program for Early Movers (REM), the Amazon Fund/BNDES and WWF/SKY stand out.

Cemaf comprises five technical chambers which assist the council in specific matters, they are: Technical Chamber of Industry, Services and Forest Products; Technical Chamber for the Management of Conservation Units; Technical Chamber for Community and Business Management of Timber and Non-Timber Forest Resources; Environmental Technical Chamber; and the Technical Chamber of Water Resources.



Acre é pioneiro em estratégias para a regularização ambiental

O avanço do Estado do Acre no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um reflexo para a manutenção do pioneirismo, com mais de 60 mil imóveis rurais cadastrados. Isso representa quase 100% do total da área cadastrável do estado somado à implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que reúne ações de reflorestamento com o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

No Acre, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) tem implementado o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que funciona como uma estratégia para apoiar pequenos produtores rurais na regularização ambiental de suas terras. As ações de restauração florestal são direcionadas às áreas identificadas como passivas, ou seja,

áreas que foram desmatadas de maneira irregular.

Com base nisso, o modelo de SAFs é oferecido aos produtores que, de acordo com o perfil de produção, recebem mudas de espécies florestais e frutíferas, garantindo a recuperação dessas áreas, por meio da restauração florestal, e possibilitando, ainda, um incremento financeiro ao produtor.

Acre is a pioneer in strategies for environmental regularization

The advance of Acre in the Rural Environmental Registry (RER) is a reflection of the maintenance of its pioneering spirit with more than 60 thousand rural properties registered. It represents almost 100% of the total area that can be registered in the state added to the implementation of the Environmental Regularization Program (ERP)

which brings together reforestation actions with the use of Agroforestry Systems.

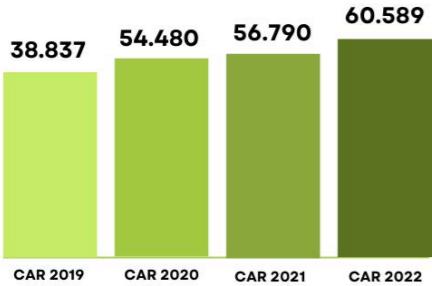
In Acre, Semapi has implemented the Environmental Regularization Program (ERP) which works as a strategy to support small rural producers in the environmental regularization of their lands. Forest restoration actions are directed to areas identified as passive,

that is, areas that were deforested in an irregular manner.

Based on this, the Agroforestry Systems model is offered to producers who, according to the production profile, receive seedlings of forest and fruit species, guaranteeing the recovery of these areas, through forest restoration and also enabling a financial increase to the producer.



CADASTRO AMBIENTAL RURAL DO ACRE - CAR



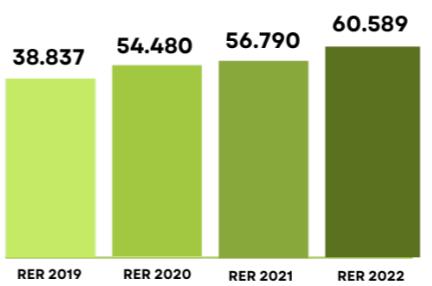
Evolução de Cadastros do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - Sicar



Dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) referentes aos anos 2019, 2010, 2021 e 2022 (atualizados até 18 de outubro de 2022)



RURAL ENVIRONMENTAL REGISTRY OF ACRE - RER



Evolution of Registrations in the National Rural Environmental Registration System



State Secretariat for the Environment and Indigenous Policies (Sseip) Data for the years 2019, 2010, 2021 and 2022 (updated until October 18, 2022)



Novos arranjos e projetos no Programa de Regularização Ambiental

O processo de regularização ambiental das propriedades e posses rurais no Acre conta com diversos investimentos que possuem critérios específicos, estruturados em projetos, garantindo mais incentivos para que os produtores ru-

rais possam adotar a iniciativa. O Estado do Acre aderiu ao projeto Floresta+ Amazônia, desenvolvido em parceria com o Ministério de Meio Ambiente (MMA), do governo federal, e tem avançado nas estratégias de seleção de possíveis bene-

ficiários. Os produtores rurais que aderirem à regularização ambiental poderão ser elegíveis à remuneração por prestar serviços ambientais pela conservação da vegetação nativa e recuperação de áreas de preservação permanente.

New arrangements and projects in the Environmental Regularization Program

The process of environmental regularization of rural properties and possessions in Acre has several investments that have specific criteria, structured in projects, which guarantee more incentives for rural producers to adopt the initiative.

The State of Acre joined the Floresta+ Amazônia Project developed in partnership with the Ministry of the Environment of the federal government, and has advanced in the strategies for selecting possible beneficiaries. Rural

producers who adhere to environmental regularization may be eligible for remuneration for providing environmental services for the conservation of native vegetation and recovery of permanent preservation areas.



PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA

Com apoio financeiro do Programa REM Acre Fase II, os projetos de reflorestamento possibilitam a recomposição florestal de passivos ambientais com o uso de Sistemas Agroflorestais - SAF's

950
mil

MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS E FRUTÍFERAS

224

HECTARES PLANTADOS COM O USO DE SAF'S



Dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi) referentes aos anos 2019, 2010, 2021 e 2022 (atualizados até 18 de outubro de 2022)



ENVIRONMENTAL REGULARIZATION PROGRAM - ERP

With financial support from the ERP Acre Phase II Program, the reforestation projects enable the forest restoration of environmental liabilities with the Agroforestry Systems use - AFS's

950
thousand

SEEDLINGS OF FOREST SPECIES AND FRUITS

224

HECTARES PLANTED WITH THE USE OF AFS'S



Data from the State Secretariat for the Environment and Indigenous Policies (Sseip) for the years 2019, 2010, 2021 and 2022 (updated until October 18, 2022)



PHOTO: PEDRO DEVANI

240 mil hectares de floresta disponíveis para concessão florestal no Acre

O Acre possui aproximadamente 240 mil hectares de florestas públicas estaduais prontas para serem concedidas para o setor privado no Complexo

de Florestas Estaduais do Rio Gério, em Tarauacá.

O projeto para implementação da concessão florestal encontra-se na fase de publicação

do edital, aguardando a aprovação da minuta da Lei Estadual de Gestão de Florestas Públicas, em discussão na Assembleia Legislativa do Acre.

240 thousand hectares of forest available for forest concession in Acre

Acre has approximately 240 thousand hectares of state public forests ready to be granted to the private sector in the Rio Gério State Forest Complex, in Tarauacá.

The project for the implementation of the forest concession is in the publication phase, awaiting approval of the draft of the State Law for the Management of Public Forests, under discussion in the Legislative Assembly of Acre.



Plataforma integrada irá aumentar eficácia das ações de combate aos ilícitos ambientais

O governo do Acre tem empenhado esforços para fortalecer as ações de combate ao desmatamento ilegal e contará com importante apoio tecnológico da Plataforma do Centro Integrado de Geoprocessamento Ambiental (PCIGMA). As informações de alertas de desma-

tamento, incêndios florestais serão consolidadas em uma única plataforma, em tempo real, e integradas com a base de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Unidades Estaduais de Conservação (UCs) e Territórios Indígenas (TIs).

A plataforma PCIGMA irá gerar informação qualificada e precisa dos incidentes ambientais, aumentando a eficácia das ações de combate aos ilícitos ambientais. A previsão para início de seu funcionamento é o primeiro trimestre de 2023.

Centro Integrado de Geoprocessamento Ambiental

O Centro Integrado de Geoprocessamento Ambiental (Cigma) reúne técnicos capacitados no uso de ferramentas geoespaciais são gerados alertas, mapas e relatórios detalhados para subsidiar as ações de fiscalização e monitoramento das regiões mais vulneráveis.

Com dados obtidos por ima-

gens de satélite, as equipes recebem informações qualificadas para direcionar as estratégias de políticas do governo para redução e combate aos incêndios e queimadas ilegais no Acre.

Com suporte aéreo, em terra e água, as equipes se deslocam para combater incêndios e ilícitos ambientais. As ações con-

tam com empenho das equipes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas (Semapi), do Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Instituto de Meio Ambiente, do Exército Brasileiro, da Força Nacional e do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopae).



Integrated platform will increase the effectiveness of actions to combat environmental illicit

The government of Acre has made efforts to strengthen actions to combat illegal deforestation and it will have important technological support from the Platform of the Integrated Center for Environmental Geoprocessing (CIGMA). Information

on deforestation and forest fire alerts will be consolidated on a single platform, in real time, and integrated with the Rural Environmental Registry (RER), Ecological-Economic Zoning (EEZ), State Conservation Units and Indigenous Territories.

The CIGMA platform will generate qualified and accurate information on environmental incidents increasing the effectiveness of actions to combat environmental illicit. It is expected to start operating in the first quarter of 2023.

Integrated Environmental Geoprocessing Center

The Integrated Environmental Geoprocessing Center (CIGMA) brings together technicians trained in the use of geospatial tools. From the Situation Room they carry out the climatological monitoring and the levels of water sources and from the Central Geoprocessing Unit they generate alerts, maps and detailed reports to support the inspection and monitoring actions of the most vulnerable regions.

With data obtained from satellite images, the teams receive qualified information to guide the government's policy strategies to reduce and combat fires and illegal burning in Acre.

With air, land and water support, the teams move to fight fires and environmental illicit. The actions count on the efforts of the teams of Semapl, the Environmental Policing Battalion of the Military Police, the Civil Police, the Institute of the Environment, the Brazilian Army, the National Force and the Integrated Air Operations.



Centros Integrados de Meio Ambiente ofertam atendimentos aos produtores rurais do interior

O governo do Acre tem adotado várias estratégias para proporcionar ao produtor rural e comunidades tradicionais o acesso à informação. Foram investidos R\$ 5,2 milhões para a construção de três centros integrados de meio ambiente nas regionais do estado: em Brasileia, Cruzeiro

do Sul e Feijó, que estão em pleno funcionamento, oferecendo à população do interior acesso facilitado aos serviços ambientais, a exemplo de licenciamento e outorgas, bem como informações sobre regularização fundiária e ambiental.

Os centros integrados reúnem várias instituições do go-

verno, oferecendo atendimentos variados, de forma mais rápida e ampla. Os órgãos ambientais e de produção dos municípios agora também contam com a integração das ações, facilitando a vida do produtor que busca atendimento dos órgãos ambientais.

Integrated Environment Centers offer assistance to rural producers in the countryside

Acre government has adopted several strategies to provide rural producers and traditional communities the access to information. R\$ 5.2 million was invested in the construction of three integrated environmental centers in the state regional offices: in Brasileia, Cruzeiro do Sul

and Feijó, which are fully operational, offering the population of the countryside easy access to environmental services, as for instance the licensing and grants, as well as information on land and environmental regularization.

The integrated centers bring together various government ins-

titutions, offering a variety of services, in a faster and more widely way. The environmental and production bodies of the municipalities also count on the action integration now, making life easier for the producer who seeks assistance from environmental bodies.

Pagamento por serviços ambientais beneficiam extrativistas da borracha e do murmuru

O governo do Acre acredita que o desenvolvimento econômico do estado é possível com políticas públicas que unam a conservação ambiental e o cuidado com pequenos produtores, extrativistas e indígenas. Prova disso é o pagamento de subsídios pela produção de 462 toneladas de borracha e murmuru.

O subsídio é uma experiência exitosa de pagamento por serviços ambientais, que estimula a continuidade das cadeias produtivas sustentáveis. Os pagamentos somam o montante de R\$ 7,19 milhões. A meta é alcançar 1.300 fa-

mílias até o final da segunda fase do programa. As famílias beneficiadas concentram-se em quase todo o território acreano, sendo a maioria residente em áreas ribeirinhas e reservas florestais.

A medida atende ao cumprimento da Lei nº 1.277/1999 e funciona como incentivo para famílias cuja principal fonte de renda é o extrativismo, aliada à política de preservação e conservação da floresta. A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio (Sepa) e conta com o apoio financeiro do Programa REM Acre Fase II.



Payment for environmental services benefit rubber and murmuru extractivists

The government of Acre believes that the state economic development is possible with public policies that combine environmental conservation and care for small producers, extractivists and indigenous people. The proof of this is the payment of subsidies for the production of 462 tons of rubber and murmuru.

The subsidy is a payment successful experience for environmental services, which encourages the continuity of sustainable production chains. Payments total R\$ 7.19 million. The goal is to reach 1,300 families by the end

of the second phase of the program. The benefited families are concentrated in almost the entire territory of Acre, with the majority residing in riverside areas and forest reserves.

The measure complies with Law No. 1,277/1999 and works as an incentive for families whose main source of income is extractivism, allied to preservation and conservation of the forest policy. The initiative is coordinated by the Production and Agribusiness State Department and has financial support from the REM Acre Phase II Program.

Turismo sustentável gera renda e melhoria de vida nas comunidades

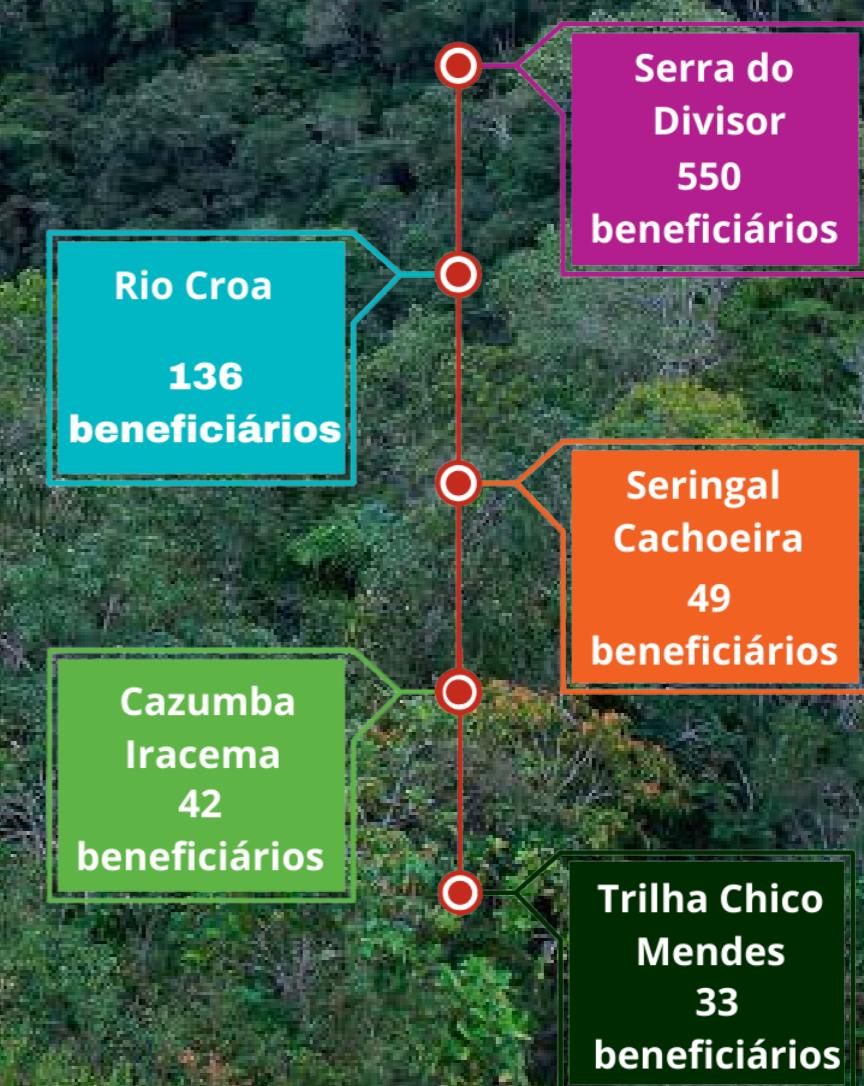
O Parque Nacional da Serra do Divisor, localizado na região do Juruá, é um dos maiores biomas do planeta, e o quarto maior parque nacional brasileiro. O local possui belezas naturais de 8 cachoeiras catalogadas, trilhas, piscinas naturais e um mirante no topo da serra os quais encantam turistas e pesquisadores que visitam a unidade de conservação, que tem seus 837 mil hectares preservados.

Outro atrativo da região é o Buraco Central, que acabou virando ponto turístico, sendo utilizado como ofurô pelos banhistas.

A trilha que leva à Cachoeira do Amor é uma das mais bonitas a ser visitada, com menos de 1 km de caminhada dentro de uma água cristalina.

O Mirante da Serra, onde está o topo mais alto do parque, com 609 metros de altura, é um dos pontos mais visitados.

O programa REM Acre fase II apoia financeiramente o turismo dessa região por meio do projeto Turismo de Base Comunitária, que também é desenvolvido na comunidade do Rio Croa, no Seringal Cachoeira, na Trilha Chico Mendes, e na Reserva Extrativista Cazumba-Iracema



Sustainable tourism generates communities' income and improvement of life

Serra do Divisor National Park, located in Juruá region, is one of the largest biomes on the planet, and the fourth largest Brazilian national park. The place has natural beauties of 8 (eight) cataloged waterfalls, trails, natural pools and a viewpoint at the top of the mountain which enchant tourists and researchers who visit the conservation unit, which has its 837 thousand hectares preserved.

Another attraction in the region is Buraco Central, which ended up becoming a tourist spot, being used as a hot tub by bathers.

The trail that leads to Cachoeira do Amor. This waterfall is one of the most beautiful to be visited, with less than 1 km of walking inside crystal clear water.

Mirante da Serra, where the highest peak of the park is, has 609 meters high, is one of the most visited spot.

REM Acre phase II program financially supports tourism in this region through the Community-Based Tourism project, which is also developed in Rio Croa community, in Seringal Cachoeira, in Chico Mendes Trail, and in Cazumba-Iracema Extractive Reserve.





Alemanha, Reino Unido e Acre celebram 10 anos da maior iniciativa para a redução do desmatamento e da degradação florestal

Lançado na Rio+20, em 2012, o Programa Global REDD Early Movers (REM) é uma iniciativa do Governo da Alemanha em REDD+ que premia países ou entes subnacionais que assumem iniciativas pioneiras mediante resultados em conservação de florestas, a exemplo do estado do Acre que foi contemplado com a implementação do projeto piloto: Programa REM Acre.

Com 10 anos de implementação no Acre, o REM é uma iniciativa pioneira em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+). A cooperação internacional é mantida também com Mato Grosso e Cuiabá – Brasil, Colômbia e Equador.

O Governo do Estado do Acre foi o primeiro a receber os recursos do Programa REM, por ter criado o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa) que reúne uma série de estratégias e programas para o desenvolvimento sustentável aliado à concessão de benefícios às co-

-munidades tradicionais e povos indígenas que contribuem para a conservação da floresta.

Em 2012, Acre e Alemanha firmaram cooperação para execução da primeira fase do Programa REM (2013 a 2017). A lógica da iniciativa segue até hoje com a repartição de recursos que contemplam os povos indígenas, extrativistas, pequenos produtores da produção familiar, entre outras pessoas que somam esforços para o fortalecimento do Sisa e controle das queimadas e desmatamento ilegal. Além de conceder incentivos para quem conserva, as ações contribuem para a manutenção das reservas de carbono, diminuindo o fluxo das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Em 2018, o Estado do Acre deu prosseguimento a segunda fase do REM, com a contribuição financeira também do Reino Unido para a realização de inúmeros projetos voltados à proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis, por meio da implementação dos Subprogramas: Territórios Indíge-

nas; Produção Familiar Sustentável, Pecuária Diversificada Sustentável, Fortalecimento do Sisa e Mecanismos de REDD+.

Ao longo desses 10 anos, o Acre experimentou mudanças significativas em seu modelo de desenvolvimento econômico, com a adoção de políticas para a promoção de atividades florestais sustentáveis, alinhado com o agronegócio mediante adoção de práticas adequadas de uso dos recursos naturais.

A celebração dos 10 anos do Programa REM Acre é possível graças ao pioneirismo do governo alemão, somado ao empenho dos diversos setores do governo do Estado do Acre e ao engajamento dos povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos e comunitários, que desempenham um papel fundamental na conservação dos estoques de carbono florestal e contribuem para a contenção do desmatamento.

São mais de R\$ 175 milhões destinados à execução das duas fases de implementação do Programa REM Acre.

Saiba mais:

O Programa Global REDD+ Early Movers (REM), na tradução: REDD para Pioneiros, é uma iniciativa de remuneração de serviços ambientais baseada em resultados. A iniciativa apoia financeiramente, por meio de cooperação internacional, países ou entes subnacionais que assumem iniciativas pioneiras em REDD+ mediante resultados comprovados em conservação de suas florestas. O REM contribui, ainda, com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês).

Germany, the United Kingdom, and Acre celebrate 10 years of the biggest initiative to reduce deforestation and forest degradation

Launched at Rio+20 in 2012, the Global REDD Early Movers (REM) Program is a REDD+ initiative by the German Government that rewards countries or subnational entities that take on pioneering initiatives through results in forest conservation, such as the state of Acre which was contemplated with the implementation of the pilot project: REM Acre Program.

With 10 years of implementation in Acre, REM is a pioneering initiative in Reducing Emissions from Deforestation and Degradation (REDD+). International cooperation is also maintained with Mato Grosso and Cuiabá – Brazil, Colombia, and Ecuador.

The Government of the State of Acre was the first to receive funds from the REM Program for having created the State System of Incentive to Environmental Services (Sisa) that brings a series of strategies and programs for sustainable development combined with the granting of benefits to communities. –tradi-

tional communities and indigenous peoples that contribute to forest conservation.

In 2012, Acre and Germany signed cooperation to implement the first phase of the REM Program (2013 to 2017). The initiative's logic continues to this day with the distribution of resources that include indigenous peoples, extractivists, small family producers, among other people who join efforts to strengthen Sisa and control fires and illegal deforestation. In addition to granting incentives to those who conserve, the actions contribute to the maintenance of carbon reserves, reducing the flow of Greenhouse Gas (GHG) emissions.

In 2018, the State of Acre continued the second phase of the REM, with the financial contribution also from the United Kingdom to carry out numerous projects aimed at forest protection and support for sustainable production chains, through the implementation of the Subprograms: Indigenous Territories; Sustainable Family Production,

Sustainable Diversified Livestock, Strengthening Sisa and REDD+ Mechanisms.

Over these 10 years, Acre has experienced significant changes in its economic development model, with the adoption of policies to promote sustainable forestry activities, aligned with agribusiness through the adoption of appropriate practices for the use of natural resources.

The celebration of 10 years of the REM Acre Program is possible thanks to the pioneering spirit of the German government, added to the efforts of the various sectors of the government of the State of Acre and the engagement of indigenous, extractive, riverine and community peoples, who play a fundamental role in conservation of forest carbon stocks and contribute to the containment of deforestation.

More than R\$ 175 million is earmarked for the execution of the two phases of implementation of the REM Acre Program.

Know more:

The Global REDD+ Early Movers (REM) Program, translated: REDD for Pioneers, is a results-based compensation initiative for environmental services. The initiative financially supports, through international cooperation, countries or subnational entities that take on pioneering REDD+ initiatives through proven results in the conservation of their forests. REM also contributes to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).



O Programa REM Fase II em números:

São mais de 6.500 famílias de agricultores beneficiados. Desse total, temos a participação expressiva das mulheres, que já totalizam mais de 1.200 contempladas em 11 municípios do Acre.

São mais de 800 extrativistas auxiliados, já atingindo um montante de R\$ 6,4 milhões em recursos destinados ao subsídio da borracha e do murmuru em todo o estado.

Também foram favorecidos 29 dos 36 territórios indígenas do Acre com os projetos de Gestão Indígena, que incentivam financeiramente atividades culturais, ações de produção agroflorestal, vigilância territorial, valorização cultural e dos conhecimentos tradicionais, empoderamento de mulheres e fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas.

São, ainda, 150 escolas indígenas da rede estadual de ensino apoiadas com a formação de docentes e agentes agroflorestais para estabelecer currículos específicos voltados à ges-

tão etnoambiental e territorial, focada na prestação de serviços ambientais, contribuindo com a valorização do conhecimento tradicional. Soma-se, ainda, o incentivo financeiro para a realização dos festivais culturais indígenas.

O programa concede subsídios para mais de 145 agentes agroflorestais indígenas, que implementam ações para proteção e atividades de manejo sustentável dentro e fora de seus territórios.

Mais de 150 famílias são beneficiadas com ações para o Turismo de Base Comunitária nos principais corredores ecológicos do Estado.

São mais de 179 hectares de áreas degradadas já recuperadas com o aporte financeiro destinado aos projetos do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável.

Mais de 3.200 hectares de áreas são fiscalizadas nas ações de comando e controle. Os investimentos possibilitaram a realização de mais de 16 missões integradas com os órgãos

de gestão e fiscalização ambiental para combate aos ilícitos ambientais. Os investimentos garantem ainda o fortalecimento dos órgãos de comando e controle.

O Programa REM Acre investe nas cadeias produtivas da castanha e do mel, beneficiando mais de 600 famílias com a oferta de capacitações técnicas, visando aperfeiçoar os métodos produtivos e proporcionar maior qualidade os produtos.

As ações têm por objetivo reduzir o desmatamento e oportunizar produtos oriundos de negócios de impacto, com garantia de origem e de baixas emissões.

O Acre ainda possui 84% de seu território com cobertura florestal, com 51% de Áreas Naturais Protegidas, sendo essencial o importante apoio financeiro dos governos da Alemanha e Reino Unido, que há uma década somam esforços para contribuir com a conservação de nossas florestas e a manutenção do estoque de carbono na atmosfera.

Mais de 3.200 hectares de áreas são fiscalizadas nas ações de comando e controle. Os investimentos possibilitaram a realização de mais de 16 missões integradas com os órgãos

The REM Phase II Program in numbers:

There are more than 6,500 families of farmers who benefited. Of this total, we have the expressive participation of women, who already total more than 1,200 contemplated in 11 municipalities in Acre.

The program grants subsidies to more than 800 extractivist helped, already reaching an amount of R\$ 6.4 million in resources destined for the subsidy of rubber and murmuru throughout the state.

29 of the 36 indigenous territories in Acre were also favored with Indigenous Management projects,

which financially encourage cultural activities, agroforestry production actions, territorial surveillance, cultural appreciation, traditional knowledge, empowerment of women, and institutional strengthening of indigenous organizations and communities.

There are also 150 indigenous schools in the state education network supported with the training of teachers and agroforestry agents to establish specific curricula focused on ethical-environmental and terri-

torial management, focused on the provision of environmental services, contributing to the appreciation of traditional knowledge. In addition, there is a financial incentive for holding indigenous cultural festivals.

The program grants subsidies to more than 145 indigenous agroforestry agents, who implement protection actions and sustainable management activities inside and outside their territories.

More than 150 families benefit from actions for Community Based Tourism in the main ecological corridors of the State.

There are more than 179 hectares of degraded areas which have already been recovered with financial support for the projects of the Sustainable Diversified Livestock Subprogram.

More than 3,200 hectares of areas are inspected in command and control actions. The investments made it possible to carry out more than 16 missions integrated with

the management and environmental inspection bodies to combat environmental illicit. The investments also ensure the strengthening of command and control bodies.

The REM Acre Program invests in the nut and honey production chains, benefiting more than 600 families by offering technical training, aiming to improve production methods and provide higher quality products. The actions aim to reduce deforestation and create opportunities for products from impact businesses, with guaranteed origin and low emissions.

Acre still has 84% of its territory with forest cover, with 51% of Natural Protected Areas, being essential the important financial support from the governments of Germany and the United Kingdom, which for a decade have joined efforts to contribute to the conservation of our forests and maintenance of carbon stock in the atmosphere.



Acre atrai oportunidades para o mercado do crédito de carbono

A Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais (CDSA/SA) é uma sociedade de economia mista com foco no desenvolvimento sustentável. Sua criação foi autorizada pela Lei nº 2.308/2010, do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa), e atua na elaboração de planos, programas e projetos, com estratégias econômicas e financeiras para capitalização das políticas de sustentabilidade, com foco na convergência entre interesse de mercado e promoção do desenvolvimento sustentável.

O Acre foi pioneiro da estruturação de um sistema capaz de permitir pagamento por serviço ambiental,

sendo exemplo para as demais regiões do país, especialmente os estados da Amazônia Legal. A lei do Sisa prevê, além do ISA Carbono, outros seis programas capazes de gerar ativos ambientais: sociobiodiversidade, recursos hídricos, belezas cênicas, regulação do clima, valorização do conhecimento tradicional, recuperação e melhoramento do solo.

Esses programas são perfeitamente transvasáveis e com estratégias intersectoriais das unidades gerenciais das políticas de governo, por meio de suas secretarias e institutos. Isso mostra que é possível pensar em um futuro no qual o Acre desponha como principal ator nacio-

nal e subnacional quando o assunto é desenvolvimento de mecanismo econômico e financeiro, com base em soluções naturais com eixos que unem inovação tecnológica, social e ambiental, servindo de exemplo para o mundo.

Assim, o Governo do Estado do Acre se prepara para a captação de recursos oriundos dos fundos climáticos ou negociações no mercado de crédito de carbono, vintages e performances futuras, uma vez que a CDSA é responsável por buscar relações bilaterais e multilaterais com financiadores governamentais, agências de financiamento internacional e nacional.

Acre attracts opportunities for the carbon credit market

Development and Environmental Services Company (DESC/SA) is a mixed capital company focused on sustainable development. Its creation was authorized by Law nº 2.308/2010, of the System of Incentive to Environmental Services, and works in the elaboration of plans, programs, and projects, with economic and financial strategies for capitalization of sustainability policies, focusing on the convergence between market interest and promotion of sustainable development.

Acre was a pioneer in structuring a system capable of allowing payment for environmental servi-

ces, setting an example for other regions of the country, especially the states of the Legal Amazon. The Sisa law provides, in addition to ISA Carbono, six other programs capable of generating environmental assets: socio-biodiversity, water resources, scenic beauty, climate regulation, appreciation of traditional knowledge, recovery, and improvement of the soil.

These programs are perfectly transferable and intersectoral strategies of the management units of government policies through their secretariats and institutes. This shows that it is possible to think of a future in which

Acre emerges as the main national and subnational actor when it comes to developing an economic and financial mechanism based on natural solutions with axes that unite technological, social, and environmental innovation, serving as an example. to the world.

Thus, the Government of the State of Acre is preparing to raise funds from climate funds or negotiations in the carbon credit market, vintages, and future performances, since the DESC is responsible for seeking bilateral and multilateral relationships with government financiers, and international and national funding agencies.



Crédito de carbono jurisdicional

Os avanços na implementação de políticas públicas ambientais, obtidos ao longo dos anos, habilitaram o Estado do Acre como uma jurisdição capaz de desenvolver projetos subnacionais de geração de ativos ambientais, principalmente com base na performance de desmatamento e degradação.

Outro ponto importante trata da evolução normativa brasileira, no que tange ao reconhecimento, especialmente do crédito de carbono como um título de direito transacionável e intangível, conforme prevê o

Código Florestal de 2016 e a Portaria do Ministério de Meio Ambiente (MMA) Nº 518/2020, que autorizou a autoregulação dos mercados públicos e privados de ativos ambientais, especialmente do créditos de carbono, o que torna possível a realização de transações CAP-AND-TRADE dos ativos validados, registrados e certificados até 2015. Os créditos validados, registrados e certificados a partir de 2016 possuem uma governança compartilhada com o governo federal.

Importante destacar que a atuação da CDSA/SA no mercado internacional segue a estratégia do mercado nacional, que compreende a oferta de ativos ambientais mediante investimentos e/ou subsídios de atividades econômicas em cadeias ecossistêmicas de produção. Os recursos podem ser captados por vendas diretas de ativos com oferecimento de garantias em operações de crédito, bem como arranjos entre instituições financeiras, governo, comunidade e setor privado.

Jurisdictional carbon credit

The advances in the implementation of environmental public policies, obtained over the years, enabled the State of Acre as a jurisdiction capable of developing subnational projects for the generation of environmental assets, especially carbon credits, which makes it possible to carry out CAP-AND-TRADE transactions of validated, registered and certified

assets until 2015. Credits validated, registered, and certificates from 2016 onwards have shared governance with the federal government.

It is important to highlight that

DESC/SA's performance in the international market follows the strategy of the national market, which comprises the offer of environmental assets through investments and/or subsidies for economic activities in ecosystem production chains. Funds can be raised through direct sales of assets with the offer of guarantees in credit operations, as well as arrangements between financing institutions, the government, the community, and the private sector.



Capital verde

Detentor de um rico capital de ativos ambientais que atrai interesses do mundo para oportunidades de negócios, o Estado do Acre, por intermédio da CDSA, exerce a função de agente econômico na atuação de mercados de crédito de carbono.

A geração de ativos de créditos de carbono decorrente da estratégia

de projeto de REDD+ jurisdicional segue um rigoroso compliance (integridade e o cumprimento das normas jurídicas quanto à legislação ambiental) para converter as performances de redução de desmatamento e degradação em um ativo financeiro.

Isso tudo com classificação econômica e contábil específica e

capaz de internalização de um bem e/ou serviço ambiental representado como um ativo financeiro na contabilidade estatal. A estratégia de alta gerência estatal assegura integralizar ativos em contabilidade empresarial para negociações em balcão e/ou em mesa de negociações direta com governos e empresas nacionais e internacionais.

Green capital

Holder of a rich capital of environmental assets that attract interest from the world to business opportunities, the State of Acre, through DESC, plays the role of the economic agent in the performance of carbon credit markets.

The generation of carbon credit assets arising from the jurisdic-

nal REDD+ project strategy follows strict compliance (integrity and compliance with legal norms regarding environmental legislation) to convert deforestation and degradation reduction performances into financial assets.

All this with a specific economic and accounting classification and capable of internalizing

an environmental good and/or service represented as a financial asset in state accounting. The state's top management strategy ensures the payment of assets in corporate accounting for over-the-counter and/or direct negotiations with governments and national and international companies.



Compliance

Manter a regularidade documental e assegurar um robusto compliance técnico-científico, jurídico, econômico e financeiro dos ativos de crédito de carbono gerados até o momento é prioridade para CDSA/SA diante da política de desenvolvimento com conservação, do Estado do Acre, que consiste em conciliar a manutenção do meio ambiente aos investimentos em cadeias produtivas ecossistêmicas que exercem baixas pressão sobre a floresta em um modelo inovador de agronegócio.

Diante desse cenário, a CDSA/SA atua estrategicamente em suas negociações em mesas de negocia-

ções e reuniões específicas de delineamento de arranjos contratuais estruturantes de mecanismos econômicos e financeiros, com metodologias de mensuração, verificação e reporte (MVR) e com repartição de benefícios voltados aos públicos beneficiários do sistema Sisa.

O montante de ativos validados e certificados e passíveis de emissão para mercado pela CDSA/AS, por decisão do Estado do Acre, são acima de 100 milhões de tonelada de tCO₂eq, considerando os registros vintages existentes e, em negociações futuras por safra de performance, é possível estabelecer uma volumetria de emissões

certificadas que ultrapasse uma média de dez milhões de toneladas por ano. Destaca-se, por óbvio, que a performance e emissões estão diretamente relacionadas à redução de desmatamento e degradação do meio ambiente associadas à proteção e asseguração de direitos fundamentais e bem-estar social, o que exige uma atuação consistente nas atividades de comando e controle, e na eficiência de alocação de recursos para adaptação e mitigação de atividades econômicas potencialmente degradantes, bem como o cumprimento de salvaguardas socioambientais para as comunidades tradicionais e povos indígenas.

Compliance

Maintaining documentary regularity and ensuring robust technical-scientific, legal, economic and financial compliance of the carbon credit assets generated so far is a priority for DESC/SA in light of the Acre State's development policy with conservation, which consists of reconciling the maintenance of the environment with investments in ecosystem production chains that exert low pressure on the forest in an innovative agribusiness model.

Given this scenario, the DESC/SA acts strategically in its negotiations at negotiation tables and specific meetings to design

contractual arrangements structuring economic and financial mechanisms, with measurement, verification, and reporting methodologies and benefit sharing aimed at public beneficiaries of the Sisa system.

The amount of assets validated and certified and subject to issuance to the market by the DESC/AS, by decision of the State of Acre, is above 100 million tons of tCO₂eq, considering the existing vintage records and, in future negotiations by performance harvest, it is possible to establish a volume of certified emissions that exceeds an

average of ten million tons per year. Obviously, performance and emissions are directly related to the reduction of deforestation and environmental degradation associated with the protection and assurance of fundamental rights and social well-being, which requires consistent performance in command and control activities, and in the efficient allocation of resources for adaptation and mitigation of potentially degrading economic activities, as well as compliance with socio-environmental safeguards for traditional communities and indigenous peoples.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO **ACRE**

Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável para os próximos 10 anos entrará em vigor em 2023

O governo do Estado do Acre trabalha na elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável para os próximos 10 anos (2023/2032), também conhecido como Agenda 10, desenvolvido de forma participativa e transparente.

A Agenda 10 reúne estratégias para uma economia sustentável, potencializando as riquezas naturais. Sua construção contou com o engajamento de diversos setores da sociedade civil organizada e representantes de instituições dos âmbitos municipal, estadual e federal.

Outro ponto importante é o modelo de governança colaborativa, que contará com um comi-

tê gestor, fóruns setoriais e uma sistemática de monitoramento e avaliação periódicos.

A etapa de participação social contou com escuta e consulta pública, onde os cidadãos puderam expor suas expectativas e anseios. As contribuições constam na Carta ao Futuro, documento que integrará o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Acre.

A temática ambiental norteou todo o processo de construção, a fim de alinhar estratégias para o desenvolvimento socioeconômico, com uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das cadeias produtivas, a diversificação da produção sustentável e serviços

ambientais e, ainda, a promoção do turismo cultural e ecológico das populações tradicionais.

A partir do alinhamento das oportunidades e desafios estaduais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi possível traçar estratégias, indicadores e metas para os próximos 10 anos. Importante destacar que os órgãos da administração estadual já estão orientados a elaborar o planejamento estratégico institucional para garantir o alcance das metas pactuadas no Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Estado do Acre, que deverá ser implementado a partir de janeiro de 2023.



ACRE SUSTAINABLE SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT PLAN

Sustainable Socio-Economic Development Plan for the next 10 years will come into force in 2023

The State of Acre government is working on the preparation of the Sustainable Socio-Economic Development Plan for the next 10 years (2023/2032), also known as Agenda 10, developed in a participatory and transparent manner.

Agenda 10 brings together strategies for a sustainable economy, leveraging natural wealth. Its construction involved the engagement of various sectors of organized civil society and representatives of institutions at the municipal, state and federal levels.

Another important point is the collaborative governance model, which will have a management commit-

tee, sectorial forums and a periodic monitoring and evaluation system.

The social participation stage included public listening and consultation, where citizens were able to express their expectations and anxieties. The contributions are included in the Letter to the Future, a document that will form part of Acre's Sustainable Socio-Economic Development Plan.

The environmental theme guided the entire construction process, in order to align strategies for socioeconomic development, with the sustainable use of natural resources and the production chains' strengthening, the diversification of sustainable produc-

tion and environmental services, and also the promotion of traditional populations' cultural and ecological tourism.

Based on the alignment of state opportunities and challenges with the Sustainable Development Goals (SDGs), it was possible to outline strategies, indicators and goals for the next 10 years. It is important to highlight that the state administration bodies are already guided to prepare the institutional strategic planning to ensure the goals achievement agreed in the State of Acre Sustainable Socioeconomic Development Plan, which should be implemented from January 2023.



Acre avança em nova versão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas

Alinhado com as diretrizes que norteiam os estados que compõem a Amazônia Legal, o Estado do Acre trabalha na revisão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ). A versão atualizada (2023/2027) trará como diferencial a integração de duas bases da política ambiental, o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa) e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), no qual pretende-se avançar com a meta de redução das taxas de desmatamento e queimadas no Acre estabelecidas pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009).

A nova versão do PPCDQ tem como objetivo garantir ações eficazes de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais, aliada a um trabalho de engajamento junto à sociedade voltado para a conscientização sobre desmatamento e queimadas. Soma-se ainda a estruturação das Áreas Naturais Protegidas e o desenvolvimento do ordenamento fundiário e territorial.

Outro destaque é a implantação da governança executiva com igualdade de participação social, como instância de execução e acompanhamento das iniciativas e resultados, incluindo a organização orçamentária necessária para sua implementação e o pleno funcionamento da plataforma de monitoramento virtual, que irá gerar informações qualificadas para o

enfrentamento dos ilícitos ambientais, aumentando a eficiência das ações de comando e controle aliada à repressão por meio da aplicação de sanções.

A elaboração do plano prevê, ainda, as competências e metas prioritárias para o fortalecimento e desenvolvimento dos seguintes eixos: produção sustentável, bioeconomia, manejo florestal, sistemas produtivos sustentáveis, regularização e licenciamento ambiental e mecanismos para a institucionalização do comando e controle.

A nova versão do PPCDQ está alinhada também com o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável do Acre. A previsão é que a nova versão esteja finalizada até o primeiro trimestre de 2023.

Acre advances in a new version of the Deforestation and Fire Prevention and Control Plan

In line with the guidelines that guide the states that make up the Legal Amazon, the State of Acre is working on revising the Plan for the Prevention and Control of Deforestation and Fires (PPCDQ). The updated version (2023/2027) will bring as a differential the integration of two bases of environmental policy, the Environmental Services Incentive System and the Ecological Economic Zoning (EEZ), in which it is intended to advance with the goal of reducing of deforestation and fire rates in Acre established by the Plan for the Prevention and Control of Deforestation in the Legal Amazon, one of the main instruments of the National Policy on Climate Change (Law 12.187/2009).

The new version of the PPCDQ aims to ensure effective enforcement actions and the fight against environmental illicit combined with engagement work with society aimed at raising awareness of deforestation and fires. Added to this are the structuring of Protected Natural Areas and the development of land and territorial planning. Another highlight is the implementation of the executive governance with equal social participation, as an instance of execution and monitoring of initiatives and results, including the necessary budgetary organization for its implementation and the full functioning of the virtual monitoring platform, which will generate qualified information for the fight against environmental

illegal, increasing the efficiency of command and control actions combined with repression through the application of sanctions.

The elaboration of the plan also foresees the competences and priority goals for the strengthening and development of the following axes: sustainable production, bioeconomy, forest management, sustainable production systems, environmental regulation and licensing and mechanisms for the institutionalization of command and control.

The new version of the PPCDQ is also aligned with the Acre Sustainable Socioeconomic Development Plan. The new version is expected to be finalized by the first trimester of 2023.

